

Essa é a questão

RAUL PILLA

O ESCANDALO, no caso de «Última Hora», não é, por certo, ter-se atrasado a empresa na satisfação dos seus compromissos com o Banco do Brasil. Coisas tais podem acontecer com as melhores firmas e, quando acontecem, não só a prudência do credor, mas também o interesse da sociedade aconselham toda a possível contemporização. Para que destruir uma empresa, se ela ainda se pode restabelecer?

O escândalo, no caso de «Última Hora», é o portentoso financiamento, que nenhum interesse social justificava e, pelo contrário, condenava, é a ilegalidade dos empréstimos, é o seu vulto, muito maior que o total dos concedidos à lavoura e excedente o próprio capital do Banco do Brasil.

Em nada, pois, se modifica a gravidade dos fatos, que uma trabalhosa Comissão Parlamentar de Inquérito está apurando, com haverem aparecido alguns interessados com crédito e recursos suficientes para saldar os compromissos vencidos. Para o Banco, considerado como simples empresa privada, é útil poder diminuir ou, talvez, evitar os prejuízos da escandalosa operação; mas todo banco exerce uma importante função social e o Banco do Brasil, em especial, é um órgão do governo, talvez o seu mais poderoso órgão, e não pode eximir-se das graves responsabilidades morais que a todo governo incumbe. A título de se defender de prejuízos, não pode o Banco, e ainda menos poderia o governo, passar a esponja sobre a criminosa negociata. Ainda quando todos os compromissos bancários viessem a ser satisfatoriamente saldados, de pé ficaria o imenso escândalo do abuso dos dinheiros públicos, a exigir punição exemplar, para que não mais à mercê de aventureiros possa ficar o crédito da Nação.

Essa é a questão.